



A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO

GECILAINY GOMES¹

Resumo

O presente artigo possui a finalidade de analisar a atuação das mulheres na Ditadura Militar em Pernambuco. Com metodologia baseada na análise de documentos, artigos e textos, é explorado o contexto histórico, o cenário encontrado em Pernambuco, o papel das mulheres e suas contribuições. A compreensão da localização social no qual as mulheres estavam inseridas favorece um debate amplo sobre a inserção do gênero feminino na política, na luta de classes e no socialismo.

Palavras-chave: mulheres; ditadura militar; Pernambuco

Abstract

This article aims to analyze the role of women in the Military Dictatorship in Pernambuco. With a methodology based on the analysis of documents, articles and texts, the historical context, the scenario found in Pernambuco, the role of women and their contributions are explored. The understanding of the social location in which women were inserted favors a broad debate on the insertion of the female gender in politics, class struggle and socialism.

Keywords: women; military dictatorship; Pernambuco

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar no Brasil, sem dúvidas, é um marco para a história do país. O período extremamente conturbado envolve desde torturas, exílios e prisões até mortes e desaparecimentos. Diariamente, toda a população brasileira enfrentava o terror de viver sob o olhar sanguinário dos militares torturadores. A partir da análise minuciosa de documentos, textos e artigos, foi possível compreender de forma expansiva o cenário devastador. No recorte espacial escolhido, Pernambuco possui um rico acervo sobre a luta

¹ Graduanda em História pela UFRPE



contra à censura, sendo vanguarda dos estados nordestinos.

Com isso, o estado brasileiro que mais lutou contra o regime ditatorial, sem dúvidas, foi Pernambuco. A terra dos altos coqueiros transformou-se gradativamente na terra de grandes heróis. Heróis e heroínas. A principal finalidade deste artigo será o destaque para a luta do gênero feminino no contexto da época. Logo, percebe-se com a conclusão do artigo o papel significativo que mulheres como Maria Yvone Loureiro, Anatália de Souza e Ranússia Alves desempenharam.

Delimitado ao dia 31 de março de 1964, a gênese do Golpe de Estado aconteceu preliminarmente anos antes. No ano de 1961, por meio de eleição direta, Jânio Quadros (UDN) e João Goulart (PTB e PSD) foram eleitos como presidente e vice-presidente, respectivamente, assumindo o cargo executivo de maior influência e responsabilidade. É necessário salientar as divergências políticas e ideológicas de ambos, haja vista que as eleições para cada ofício ocorriam separadamente. Com a renúncia prematura do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, constitucionalmente, o vice-presidente deveria assumir a Presidência da República. No entanto, João Goulart, o Jango, era visto como ameaça para a segurança nacional por seu posicionamento esquerdista, por diversas vezes indiciado como “comunista”. Houve uma dualidade sobre a posição política dos atuantes no período: 1) diversos atos antidemocráticos feitos por deputados e senadores clamavam por uma intervenção; 2) governadores como Leonel Brizola dirigiram uma campanha nomeada de Campanha da Legalidade e diversos atos em favor do Jango. Como solução para amenizar a situação, o Brasil funcionou com um sistema parlamentarista, oferecendo menos poder e influência ao presidente. Apenas em janeiro, cinco meses após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assumiu de forma interina a Presidência da República. Todavia, por seus ideais de reformas econômicas, educacionais, sociais e políticas, no dia 31 de março de 1964, João Belchior Marques Goulart foi deposto a partir de um golpe civil-militar.

Com isso, começava-se o período de maior repressão da história do Brasil. Com os militares no poder, a Ditadura Militar inicia em 1964 e se prolonga até 1985. Presidentes com patentes importantes no Exército Brasileiro foram eleitos por meio de eleições indiretas: Humberto Castelo Branco, Arthur Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo se dividiam entre linha dura e serbonne, considerando Costa e Silva e Médici os mais radicais e repressores, com a criação -governo Costa e Silva- e implantação -governo Médici- do AI-5. A partir de então, todos que fossem contrários ao governo eram considerados subversivos e rebeldes, gerando um período extremamente repressivo. Partidos como Aliança Libertadora Nacional, Ação Popular, Comando da Libertação Nacional, Movimento Revolucionário-8, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Partido Comunista Revolucionário, Partido



Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, POLOP, Quarta Internacional, VAR-Palmares e Vanguarda Popular Revolucionária foram postos na ilegalidade durante o período e lutaram bravamente no combate ao golpe de Estado (SIQUEIRA, 2011).

A censura, repressão, tortura, óbitos, prisões, desaparecimentos e exílios formam as principais características da Ditadura Militar no Brasil. Indígenas, pretos, pardos, brancos, homens, mulheres, homossexuais, heterossexuais, crianças e idosos, todos, sem exceção, sofreram de forma direta ou indireta. Os militantes, estudantes e participantes de movimentos estudantis formavam a vanguarda de combate ao golpe. Pessoas como Odijas Carvalho de Souza, estudante de agronomia da atual UFRPE, e Manoel Lisboa de Moura, fundador do PCR, foram mortos pelo regime. Dilma Vana Rousseff, ex-presidente do Brasil, e Júlia Santiago da Conceição, operadora têxtil e militante, foram presas e torturadas. Gregório Lourenço Bezerra, ativista político e militante comunista, e Leonel de Moura Brizola, político e ex-governador do Rio Grande do Sul, foram exilados. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e centenas de pessoas ainda estão desaparecidas. A lista é composta por 191 mortos, 243 desaparecidos e diversos indivíduos torturados (Comissão Nacional da Verdade, Volume III, 2014 A, pág. 26).

“Essa é outra prática que irá se tornar comum no período. Os agentes policiais e militares atuam de forma constante como sequestradores. Prendem as pessoas e as deixam incomunicáveis, negando sua presença ou o conhecimento onde as mesmas se encontram detidas, quando interpeladas pela família, por advogados ou mesmo por entidades da sociedade civil. Essa forma de atuar que se instala como procedimento de rotina dos órgãos policiais e militares, desde o golpe militar e civil de 1964, foi vivenciada por diversos presos políticos.” (MONTENEGRO; RODEGHERO; ARAÚJO, 2014, pág. 41).

DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO

Expulsão dos Holandeses em 1654. A Guerra dos Mascates, 1710. Revolução Pernambucana em 1817. Confederação do Equador, 1924. A Revolução Praieira, em 1848. Ao longo da História do Brasil, Pernambuco assumiu um papel de extrema importância na luta pelos seus ideais. Na Ditadura Militar não foi diferente. Considerado o epicentro do combate ao golpe, o estado nordestino desenvolveu uma responsabilidade gigantesca acerca do período. Desde as Ligas Camponesas, com o líder Francisco Julião e cerca de 60 mil associados (MONTENEGRO, RODEGHERO ARAÚJO. 2014, pág. 158) e dos Sindicatos Rurais até a Guerrilha, o Nordeste e em especial Pernambuco obtiveram maior êxito no referencial teórico sobre luta armada e sobre comunismo. Com cartilhas de guerrilheiros vindos diretamente de Cuba e/ou da China, a Guerra Revolucionária aconteceu de



forma extremamente intensa e repressiva. Com a gestão esquerdista de maior parte dos governantes, Pernambuco era visto como uma ameaça comunista, responsável por organizar a “cubanização” do Nordeste (COELHO, 2004, pág. 97).

Em ordem cronológica, foram eleitos como prefeitos a partir de 1955: Pelópidas Silveira, em 1955; Miguel Arraes, em 1959; e novamente Pelópidas, em 1963. Após o golpe de 1964, a Prefeitura do Recife foi administrada por, respectivamente: Geraldo Magalhães, Antônio Farias, Gustavo Krause, Jorge Cavalcanti e Joaquim Francisco. Apenas em 1985 Pernambuco voltou a votar para prefeito, elegendo Jarbas Vasconcelos. No momento do golpe, foram depostos Pelópidas Silveira da Prefeitura do Recife e Miguel Arraes do Governo de Pernambuco, com a justificativa de ação contra o golpe: “[...] pois nos informavam que Arraes tinha um verdadeiro exército em armas, homens e jagunços bem treinados para fazer a revolução bolchevista” (COELHO, pág. 103, nota 13 apud CARLITO LIMA, “Confissões um Capitão. Memórias”, cit., p. 84). João Goulart, Pelópidas e Arraes foram exonerados de seus cargos por pensamentos teoricamente marxistas:

“Vez por outra, um líder popular de tendências reformistas consegue eleger-se Presidente de um país latino-americano. Mas, uma vez no posto, descobre que qualquer iniciativa no sentido de reforma agrária, fiscal ou da nacionalização de investimentos estrangeiros esbarra na oposição dos industriais, dos proprietários de terras, dos militares e dos Estados Unidos. [...] Se der continuidade a seu programa, é afastado por militares- com ou sem ajuda da CIA.” (COELHO, 2004, pág. 103, nota 12 apud MICHAEL PARENTI, “A Cruzada Anticomunista”, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, pág. 230).

No entanto, o combate ativo contra a Ditadura Militar aconteceu diretamente proporcional à sua repressão. Pernambuco é considerado o estado brasileiro que mais sofreu com a violência por parte dos golpistas. Com o andamento do golpe, centenas de estudantes, trabalhadores e militantes, cerca de três mil na região, eram presos por diversos motivos. Qualquer motivo, desde posse de livros com teor marxista, pensamentos ideológicos divergentes, até luta direta, eram motivos para os militares considerarem os indivíduos subversivos e reacionários. Por qualquer motivo, em todo local, diversas horas do dia. Escolas, propriedades, sindicatos, igrejas, hospitais e principalmente faculdades eram invadidas constantemente. Não se tinha a liberdade de pensar, de expor seus pensamentos e ideias:

“A luta difusa contra moinhos de vento não dispensava nenhuma violência. Os direitos individuais e as garantias fundamentais da pessoa humana nada significavam e não impunham qualquer limitação à prática arbitrária das autoridades.” (COELHO, 2004, pág. 200).



Em Pernambuco, a tortura e a repressão eram diárias. Diversos locais que foram destruídos, reformados ou transformados se encontram no cenário recifense. O Departamento Ordem Política e Social (DOPS-PE) ficava localizado ao fundo de prédios na Rua da Aurora, mas o local foi demolido em 1996. Os anexos que atualmente estão situados no Denarc e na Associação dos Delegados de Pernambuco faziam parte do complexo de tortura. O Departamento de Operação Interna (DOI) e o Centro de Operação e Defesa Interna (CODI)-, segundo José Carlos de Paula Machado, ficava instalado na Rua do Hospício (Comissão Nacional da Verdade, 2014 B). Locais como o Quartel do Derby e o Instituto Penal do Bom Pastor também abrigava presos(as) políticos(as) (Secretaria de Justiça, proc. N° 142/01). Nesses locais aconteciam as prisões, as torturas e as mortes. Diversos militantes e políticos que foram assassinados nesses locais tiveram suas respectivas causas de morte alteradas ou eram enterrados com indigentes:

“Alguns cemitérios do País ainda conservam sepulturas dessa época, com as vítimas enterradas sob nomes falsos, como indigentes, e depois transferidas para valas comuns, sem qualquer idôneo que pudesse facilitar sua identificação. Como o Cemitério da Várzea, no Recife.” (COELHO, 2004, pág. 208).

A MULHER NA SOCIEDADE E NO SOCIALISMO

Desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade há um debate bastante proveitoso sobre o papel da mulher na política e na sociedade. Por muito tempo, historiadores, arqueólogos e intelectuais empregavam à mulher grega apenas uma função: o cuidado com o lar e com os filhos. O gênero feminino estava restrito ao cuidado, ao zelo e ao afeto, idealizado pelo patriarcado, pela criação da propriedade privada e pelo machismo. Todavia, estudos recentes feitos por Yann Thomas, Nicole Loraux, Giulia Sissa e diversos pesquisadores comprovaram uma participação feminina, ainda que mínima, na política ateniense (CUCHET, 2018, pág. 145). É necessário destacar a restrição que havia também com o gênero masculino, pois apenas uma pequena parte da população era apta para exercer a cidadania.

Com a ascensão do capitalismo, o patriarcado cresceu demasiadamente. Além da luta por igualdade de gênero, o movimento feminista se enquadra em mais uma classificação de combate, pela luta de classes. Primeiramente, com a introdução da mulher no proletariado, houve a necessidade na equidade de oportunidades, de valor salarial e de estilo de vida social. Com isso, a partir de 1892, a classe operária feminina inicia a luta sindical de forma expansiva. Contudo, homens e mulheres não lutam em conjunto de início. Ambos possuíam (e possuem) intuítos e clamores diferentes, com mulheres buscando além da emancipação, o fim da ideologia capitalista e patriarcal. No entanto, mesmo com a luta



diária por igualdade, a sociedade majoritariamente capitalista impõe responsabilidades que deveriam ser divididas, submetendo a jornadas exaustivas de trabalho vinculado a atividades de cunho patriarcal. Para August Bebel, “a luta pela completa libertação da mulher é parte indissolúvel da luta pelo socialismo.” (Partido Operário Revolucionário, 2017, pág. 7).

Para o socialismo, a autonomia das mulheres era considerada indispensável. Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mesmo antes da Revolução Russa em 1917, a importância da emancipação da mulher estava sendo debatida. Mulheres como Nadiéjda Konstantinovna Krúpskaia e Aleksandra Mikháilovna Kollontai foram essenciais na consolidação da URSS, adentrando em locais até então compostos apenas por homens. Em Cuba, o Pelotão das Mulheres (Las Marianas) e o Movimento 26 de Julho, com integrantes femininas, formavam a vanguarda feminina na Revolução Cubana. No Exército Rebelde, as mulheres cubanas guerrilham de forma grandiosa. O Ernesto Guevara ressaltava em seus escritos sobre integrar o gênero feminino (ASSIS, 2021).

A MULHER NA DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO

A sociedade patriarcal, sobretudo capitalista, incentivou a perspectiva da mulher feminina, disposta a cuidar do seu leito familiar. Discutir esportes, religião, conflitos geopolíticos e política não faziam parte do agrupamento feminino. Com isso, mesmo com a participação efetiva das mulheres no combate ao regime ditatorial em Pernambuco, a história do contexto social e político é contada predominantemente pela face masculina. A participação feminina no cenário brasileiro contribuiu de forma direta para a luta contra à repressão, no entanto, a imagem das mulheres, em maior parte das vezes, encontra-se vinculada a uma figura masculina. Esposas de militantes, filhas de militantes, netas de militantes. O valor e a luta dessas mulheres estão associados aos seus companheiros de vida e de militância, deixando um papel secundário e quase insignificante para as mulheres. Portanto, o estudo e a análise sobre a história de vida dessas senhoras é crucial para entender a sociedade na Ditadura Civil-Militar.

Os agentes responsáveis pela tortura classificavam as mulheres como “putas comunistas” (COLLING, 1997, pág. 93). O estereótipo de mulheres abaixo dos 30 anos, bonitas e joviais, eram usados para classificar as moças: “fotos de mulheres, jovens e bonitas, onde estava escrito - “Estes rostos bonitos escondem perigosas terroristas” (COLLING, JÚNIOR, 2019, pág. 49). A luta das mulheres também era invalidada pelos torturadores, que as denominavam de objeto sexual para os militantes homens. Torturas físicas e psicológicas



divergiam entre os gêneros, sendo direcionado à órgãos genitais, abortos, torturas com seus filhos -ou na frente deles- e estupro, no caso das mulheres.

As Ligas Camponesas tiveram bastante destaque no cenário pernambucano durante a Ditadura Militar. Francisco Julião dirigia assentamentos em diversos locais do Nordeste. Com início em 1960, universitários, proletários de várias profissões, trabalhadores rurais e religiosos compunham o movimento camponês. Em 1959, em Vitória de Santo Antão (PE), o Engenho Galileia foi desapropriado e transformado na primeira Liga Camponesa. As mulheres desempenharam funções extraordinárias na organização. Estima-se que 13,8% da liderança dos agrupamentos era composta por participação feminina. Mulheres como Maria Celeste e Maria Aquino administraram bravamente esses locais. Em Pernambuco, Anália de Souza contribuiu para a criação e o desenvolvimento do campesinato. (Jornal A Verdade, 2002)

A Penitenciária Feminina do Bom Pastor, atual Presídio Feminino do Recife, abrigou 24 presas políticas no período da Ditadura Militar em Pernambuco. Vindas de vários estados, as militantes, anteriormente levadas ao DOI-CODI, DOPS e/ou Quartel do Derby, consideravam o local mais ameno, pois não eram submetidas a torturas. No local, presas políticas e presas comuns conviviam tranquilamente, e por muitas vezes, detentas com mais estudos ensinavam as presas comuns a ler, escrever e cuidados básicos com a saúde (OLIVEIRA, SILVA. Pág. 256).

MARIA YVONE LOUREIRO RIBEIRO

Maria Yvone Loureiro Ribeiro, natural de Viçosa, Alagoas, nasceu dia 3 de setembro de 1947. Filha de Iracy de Souza Loureiro e José Loureiro de Albuquerque, migrou para o Recife com 15 anos para concluir seus estudos, em 1963. Começou a estudar economia e a militar juntamente com Odijas Carvalho, seu futuro esposo. Integrantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário- PCBR, militaram clandestinamente com a Ditadura Militar. Conhecida também como “Virgínia”, “Galega” e “Gina”, participou de forma ativa no combate ao regime.

Em uma viagem feita pela militante ao Rio Grande do Norte, seu marido, Odijas, havia sido preso em Recife. Fugindo de Natal em 7 de fevereiro de 1971, Maria Yvone e seus companheiros foram presos ao embarcar no ônibus e levados para o DOPS, em Pernambuco. No DOPS, ela e os seus amigos militantes foram torturados fisicamente e psicologicamente. Depois de algum tempo presa no local, é descoberto que seu esposo havia falecido após ser torturado. Após a descoberta, é transportada para uma área da



Secretaria de Segurança que possuía um trânsito de pessoas considerável, haja vista que era responsável pela confecção de documentos. Com isso, Maria Yvone e Rosa Maria Barros Soares, esposa de Carlos Alberto Soares, expusera as torturas e a morte de Odijas. Esse episódio é contado em diversos livros e documentos. Após serem levadas e ficarem cerca de 4 meses no Quartel do Derby, foram transferidas para o Instituto Penal do Bom Pastor. O local era almejado por presas políticas por ser mais tranquilo, sem torturas e com outras mulheres revolucionárias, permitindo a troca de favores, experiências e conhecimento. (FERNANDES; ARAÚJO, 2013).

No entanto, o momento conturbado vivenciado por ela contribuiu para o desenvolvimento de problemas psicológicos. Por muito tempo, Maria Yvone tinha diversos pesadelos com seu marido, com cenas de venda de partes do corpo. Em um depoimento dado por ela à Secretaria de Justiça (Secretaria de Justiça, proc. N° 142/01, pág. 18), é relatado episódios de insônia, sonhos delirantes e crises nervosas. É possível encontrar no DOPS diversas prescrições médicas com remédio para insônia, além de atestados psicológicos e psiquiátricos, pois era levada para enfermaria de forma constante durante a prisão. Mesmo após 20 anos, era impossível dialogar sobre os momentos vivenciados, visto que a militante havia desenvolvido sequelas relacionadas as lembranças.

Posteriormente, concluída a sentença de 17 anos, reduzida para 2, Maria Yvone volta para Alagoas. Tentando viver de forma mais passiva, ela descreve:

“Durante os anos de 1973 e 1974 sobrevivi como costureira, com minha mãe, face a enorme dificuldade de se conseguir emprego para uma ex-presa política. Passei um ano e meio tentando vaga na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), para continuar meu curso de Ciências Econômicas, iniciado em 1968, interrompido com a clandestinidade e a prisão. Consegui a vaga e concluí o curso em 1978, tendo, em função das circunstâncias, sido obrigada a passar 9 (nove) anos e meio para me formar.” (Secretaria de Justiça, proc. n° 142/01-A, p. 19)

A partir de 23 de maio de 2000, através da lei n° 11.773, regulamentada pelo Decreto n° 22.597, os presos políticos podiam recorrer e receber uma indenização pelo estado de Pernambuco, por meio da Comissão Especial de Indenização a Ex-presos Políticos. Pelo Processo n° 142/2001-OG, Maria Yvone recebeu uma quantia de vinte e nove mil reais, envolvendo indenização por danos morais e transtornos psicológicos. A justificativa dada para o recebimento do valor, além da perda de seu companheiro, consiste em: “[...] dando conta que tem transtornos psicológicos, apresentando um quadro depressivo, de medo e pânico, decorrente, é de se supor, dos traumas e torturas sofridas durante aquele período que esteve presa.” (Secretaria de Justiça, proc. N° 142/01, p. 78). Rosa Maria Barros Soares também foi contemplada pelo ressarcimento.



Durante todo período de luta, a resistência sempre se fez presente na vida das mulheres que confrontaram a Ditadura Militar em Pernambuco. No decorrer do regime ditatorial, Maria Yvone Loureiro Ribeiro contribuiu de forma significativa com greves de fome, denúncias constantes sobre a morte do seu esposo, Odijas Carvalho de Souza, além de encorajar centenas de companheiros e companheiras de partido.

RANÚSIA ALVES RODRIGUES

Filha de Áurea Alves Silveira e Moisés Rodrigues Vilela, Ranúsia Alves Rodrigues nasceu em Garanhuns-PE no dia 18/06/1945. Estudante de Enfermagem na UFPE, dedicou parte de sua jornada acadêmica à militância. Integrante do PCBR, participou do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes em São Paulo, quando foi presa pela primeira vez. Em 1969 havia sido expulsa da Universidade através do Decreto-Lei nº 477/69 (Comissão Nacional da Verdade, 2014 A, pág. 1379), no qual punia os acadêmicos considerados subversivos. A militante, durante o período ditatorial teve uma filha, chamada Vanusia. Assassinada no dia 27/10/1973, a estudante morre aos 27 anos.

No dia 27 de outubro de 1973, Vitorino Alves Moitinho, Ramires Maranhão do Valle e Almir Custódio de Lima, além de Ranúsia Alves Rodrigues, foram assassinados coletivamente em um incidente conhecido como “Chacina da Praça da Sentinela” ou “Chacina de Jacarepaguá” (Memorial da Resistência, Governo de São Paulo). Os responsáveis pelas mortes integram o DOI-CODI do I Exército, no Rio de Janeiro. No local, Ranúsia havia sido morta com tiros no peito e rosto. Os demais, foram mortos a tiros e carbonizados após o incêndio no automóvel que estavam. De acordo com a revista Veja, oito carros participaram do assassinato, e seria relatado por testemunhas que “ouviram nenhum gemido, só tiros, o estrondo e a correria dos carros” (Comissão Nacional da Verdade, 2014 A, pág. 1381 Apud Revista Veja, “Quem matou quem?”, 7/11/1973). A justificativa dada para a execução do crime seria que os quatro militantes seriam criminosos de alta periculosidade.

No entanto, mesmo que documentos provem a morte de Ranúsia Alves, a estudante é caracterizada como desaparecida, pois seus restos mortais não foram encontrados. A militante havia sido enterrada com indigente no cemitério Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro. Posteriormente, sua ossada foi transferida para uma localidade até a contemporaneidade não identificada, necessitando de uma localização precisa e uma identificação concreta. Em 2016, o Diretório Acadêmico de Enfermagem da UFPE reconheceu a militante como discente com um ato simbólico de rematrícula (ADUFEPE, 2016).



ANATÁLIA DE SOUZA ALVES MELO

Nascida em Frutuoso Gomes, no Rio Grande do Norte, Anatólia de Souza Alves de Melo é filha de Maria Pereira de Melo e Nicácio Loia de Melo. Após seu casamento com Luiz Alves Neto, mudou-se para Pernambuco. Apesar de militar indiretamente, pois somente seu esposo era ativo politicamente, Anatólia contribuiu de forma significativa na Zona da Mata (PE) com as Ligas Camponesas. A costureira morre em 22/01/1973 aos 28 anos, constando na certidão de óbito suicídio, mas a causa da morte é controversa.

No dia 17 de dezembro de 1972, Anatólia, seu esposo e alguns companheiros de partido haviam sido presos pelo DOI-CODI, no IV Exército, em Pernambuco. Posteriormente, foram levados ao DOPS-PE, onde foram torturados por diversos dias, até a morte da militante. A versão oficial apontada pela Delegacia de Segurança Social é que Anatólia havia cometido suicídio com uma alça de bolsa. Após solicitar ida ao banheiro, o responsável pela locomoção havia notado uma demora significativa no banho, quando chamou pela militante, não obteve resposta. O agente abriu o banheiro e encontrou-a morta, enforcada.

No entanto, há diversos pontos contraditórios nessa narrativa. Primeiramente, suas vestes e seus órgãos genitais e coxas estavam queimadas. A justificativa dada seria que a própria havia tocado fogo, todavia, possivelmente, atearam fogo para esconder um suposto estupro. Além disso, era impossível que houvesse uma bolsa no local, haja vista que não era permitido a entrada com pertences. Outro ponto destacado é que a torneira onde a costureira teoricamente se enforcou possui mais ou menos um metro de distância do chão, tornando inviável um estrangulamento (Documentos Revelados, 2015).

Seu sepultamento ocorreu sem o consentimento e informação da família, além de ter sua certidão de óbito negada. Após uma investigação feita pela Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara, a militante teria sido enterrada no Cemitério de Santo Amaro, no Recife. Uma urna lacrada, supostamente com seus restos mortais, havia sido entregue a sua família, porém, não se pode confirmar a identidade de Anatólia, pois a cápsula não foi aberta. Em 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos declara a responsabilidade da morte ao Estado. Até os dias atuais, Anatólia de Souza Alves Melo é homenageada por sua força, tanto em Mossoró, onde viveu um tempo, quanto no Recife, nomeando uma das ruas do bairro de Nova Descoberta (Comissão Nacional da Verdade, 2014 A pág. 1174).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pernambuco, epicentro do combate ao golpe militar, obteve grande número de militantes presos e mortos. Apesar de seu desenvolvimento ativo, a repressão assassinou centenas de estudantes, proletários e políticos. As mulheres, consideradas pela sociedade como politicamente inferiores, foram essenciais na luta contra os militares torturadores. Desde atividades nas Ligas Camponesas até a luta armada, força e resistência faziam parte do cotidiano das militantes. Transitando entre DOI-CODI, DOPS, Quartel do Derby e Presídio do Bom Pastor, o conflito pela cidadania, liberdade e sobrevivência narram o período.

Como principal ponto conclusivo da análise, o resultado fundamental é a excelente participação das mulheres na política em meio ao Golpe de Estado. Ainda que mais estudos sobre a participação do gênero feminino seja necessário, o acervo documental é bastante consistente. É preciso um olhar mais cauteloso sobre a inclusão das mulheres no meio político, pois sua historicidade torna a temática bastante significativa. O machismo nas narrativas políticas e sociais se torna ainda mais notável quando o contexto é referente à luta ativa, em especial armada.

É preciso destacar a vida e fervor político de pessoas como Lourdes Maria Pontes, estudante secundarista morta pelo regime. Eternizar é o mínimo. É necessário a compreensão do contexto histórico para imortalizar as militantes assassinadas. A narrativa exposta pelo gênero masculino é de extrema importância, no entanto, escutar as vivências do gênero feminino é indispensável. Homens e mulheres foram reprimidos na Ditadura Militar, relatar exclusivamente um lado, o do homem, reforça o machismo e o patriarcado enraizado na sociedade.

Entre as presas políticas que residiram no Presídio do Bom Pastor entre 1969 e 1975, estavam: Ana Fonseca, Áurea Bezerra, Cleusa Aguiar, Dulce Chaves Pandolfi, Eridan Magalhães, Erlita Rodrigues, Gilseone Consenga, Helena Serrazul Monteiro, Helena Mota Quintela, Lília Goldin, Lylia da Silva Guedes, Maria Aparecida dos Santos, Maria do Carmo Tomaz, Maria do Socorro Diogenes, Maria Quintela de Albuquerque, Maria Teresa Vilaça, Maria Yvone Ribeiro, Nancy Mangaleira Linger, Rosa Maria Santos, Selma Bandeira, Sonia Beltrão, Vera Rocha Dauster, Vera Stringuini e Yara Falcon. Todas, sem exceção, desempenharam força, garra e luta em todos os dias de tortura. A importância dessas mulheres no combate a Ditadura Militar e para a sociedade da época e atual é imensurável. Além desses grandes nomes, centenas de mulheres mortas e desaparecidas são de extrema significância para todo o corpo social.

Maria Yvone Ribeiro, Ranússia Alves, Anatólia de Souza? Presentes!



REFERÊNCIAS

ADUFEPE. **Depois de 40 anos, Ranúcia Alves é reconhecida como discente da UFPE, 2016.** Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/depois-de-40-anos-ranusia-alves-e-reconhecida-como-discente-da-ufpe/> Acesso em: 05/04/2023.

ASSIS, Odete. **As mulheres na Revolução Cubana.** 2021. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/As-mulheres-na-Revolucao-Cubana> Acesso em: 06/04/2023.

COELHO, Fernando V. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco.** Recife, Edições Bagaço, 2004.

COLLING, Ana. **Resistência da Mulher À Ditadura Militar No Brasil.** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana; JÚNIOR, Ary. **Militantes e Guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil.** Revista Espacialidades. 2019.1, v. 15, n. 1.

Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos.** Brasília: CNV, 2014 A. 1996 p. - (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3).

Comissão Nacional da Verdade. **Ex-presos reconhecem locais em que funcionavam o Doi-Codi e o DOPS, no Recife.** 2014 B. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outrosdestaques/558-ex-presos-reconhecem-locais-em-que-funcionaram-o-doi-codi-e-o-dops-no-recife> Acesso em: 03/04/2023.

CUCHET, V. S. **Quais Direitos Politicos para as Cidadãs da Atenas Clássica?** Hêlade, v. 4, n. 1, p. 143-158, 2018.

Documentos Revelados. **Anatália Alves, morte comprovada por estrangulamento.** Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/laudo-pericial-e-outras-revelacoes-sobre-a-morte-em-tortura-de-anatalia-de-souza-melo-alves/> Acesso em: 05/04/2023

FERNANDES, Eliane; ARAÚJO, Rita de C. **Mulheres e militares: Testemunhos sobre o Golpe de 1964 no Nordeste.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

Jornal A Verdade. **As mulheres revolucionárias nas lutas do povo.** nº 26, março 2002. Disponível em: <https://averdade.org.br/2013/03/as-mulheres-revolucionarias-nas-lutas-do-povo/> Acesso em: 06/04/2023.

MANZANO, Sofia. **A Mulher na Revolução Russa.** Lutas Sociais, São Paulo, vol.21 n.38, p.136-149, jan./jun. 2017.

MONTENEGRO, Antônio; RODEGHERO, Carla; ARAÚJO, Maria P. **Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil.** Recife, Editora Universitária da UFPE, 2012.



OLIVEIRA, Thalyta. SILVA, Lucimar. **As histórias das presas políticas do Bom Pastor**. Anais eletrônicos do VI Colóquio de História- ISSN 2176-9060.

Partido Operário Revolucionário. **O marxismo e as primeiras formulações sobre a mulher - August Bebel**. 2017, São Paulo.

Secretaria da Justiça, Estado de Pernambuco. **Processo n° 142/01A: Indenização para Maria Yvone Loureiro Ribeiro**. S.A: Ouvidoria Geral.

SIQUEIRA, Tuca. **Vou contar para os meus filhos**. 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-qgkDnF-l_w Acesso em: 03/04/2023.